



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

SET/OUT 2018

NÚMERO 17

ÍNDICE

TÍTULO

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

CONSELHO EDITORIAL

CARLOTA BICHO, FRANCISCA MAGANO,
JOÃO PEREIRA, PEDRO CRUZ, RITA LEOTE

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

FRANCISCO SARMENTO, PEDRO
KRUPENSKI, SANDRA FERNANDES,
VIDA- VOLUNTARIADO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO,
PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA, SIMÃO
TILA, REALIMENTAR, IRMÃ SOLANGE
LUSSI, PEDRO CRUZ

DESIGN GRÁFICO

ANA GRAVE

ISSN

2182-8199

DATA

OUTUBRO 2018

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

3 EDITORIAL

5 DOSSIER 'ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL'

5 ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:
PRINCIPAIS DESAFIOS NO ÂMBITO DA AGENDA 2030
Francisco Sarmento

8 ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:
REALIDADE OU UTOPIA?
Pedro Krupenski

10 CONSTRUINDO UM MUNDO QUE SEJA EXPRESSÃO DE JUSTIÇA
SOCIAL, DE DEMOCRACIA E DE SUSTENTABILIDADE
Sandra Fernandes

12 DESENVOLVIMENTO RURAL: UM DESAFIO PARA TODOS
VIDA- Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano

14 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO
Patrícia Magalhães Ferreira

15 ENTREVISTA: À CONVERSA COM SIMÃO TILA
Entrevista realizada por Carlota Bicho

17 RECURSOS

18 EM REDE

O CAMINHO PARA A REALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 E DO
DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA), VISTO
DESDE A PERSPETIVA DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA
ReAlimentar

20 BOAS PRÁTICAS

NO KUME SABI: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL
Irmã Solange Lussi

22 INICIATIVA

“GOOD FOOD 4 ALL”,
UMA CAMPANHA DO PROJETO “EUROPA NO MUNDO”
Pedro Cruz

23 PUBLICAÇÕES

[ILUSTRAÇÃO DA CAPA]

MARIAN PEDROSA

O desenvolvimento sustentável e inclusivo não será possível sem a erradicação da fome e garantia de acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente. No entanto, dados recentes revelam que a fome no mundo aumentou nos últimos três anos. Desigualdades, alterações climáticas, conflitos e crises económicas: as dimensões desta problemática são inúmeras e complexas.

O número 17 da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD aborda o tema “Alimentação e Agricultura Sustentável”, por se considerar importante dar a conhecer diferentes formas de pensar e trabalhar as várias dimensões deste tópico tão crucial.

O Dossier desta edição abre com uma reflexão de Francisco Sarmiento, da FAO, sobre o Direito Humano a uma Alimentação Adequada na Agenda 2030 e os respetivos desafios e principais objetivos refletidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Segue-se um artigo da autoria de Pedro Krupenski, da Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, que analisa dados recentes que evidenciam um aumento da fome no mundo, desconstruindo os mitos sobre as suas causas e abordando fenómenos como a especulação financeira e as alterações climáticas.

No artigo “Construindo um mundo que seja expressão de Justiça Social, de Democracia e de Sustentabilidade”, Sandra Fernandes reflete sobre as linhas orientadoras a partir das quais a Fundação Gonçalo da Silveira tem procurado trabalhar e pensar as questões da alimentação e da agricultura sustentável, apresentando a abordagem da Ecologia Integral, que se constitui enquanto forma diferente de olhar o Mundo, ampliando o conceito de Ecologia e alargando a sua intervenção ao ser humano e à sociedade. A ONGD VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano partilha o longo caminho de duas décadas de intervenção em projetos na área do desenvolvimento rural integrado, durante o qual tem trabalhado para responder a problemas e constrangimentos identificados pelas comunidades mais pobres e vulneráveis, dependentes do ecossistema para viver.

Esta edição inclui ainda as reflexões de Patrícia Magalhães Ferreira, Investigadora e Consultora, que reflete sobre a insegurança alimentar e nutricional como algo que vai muito para além do fenómeno da fome, sendo simultaneamente causa e efeito da pobreza.

O Dossier fica completo com uma entrevista a Simão Tila, Coordenador Executivo da Liga de ONG em Moçambique (JOINT), membro fundador da Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terra. Nesta entrevista temos oportunidade de conhecer um pouco melhor a situação do regime de posse de terras em Moçambique, e o seu impacto na segurança alimentar das comunidades e nas desigualdades, bem como a perspetiva de Simão Tila sobre a atuação do estado e da sociedade civil neste âmbito.

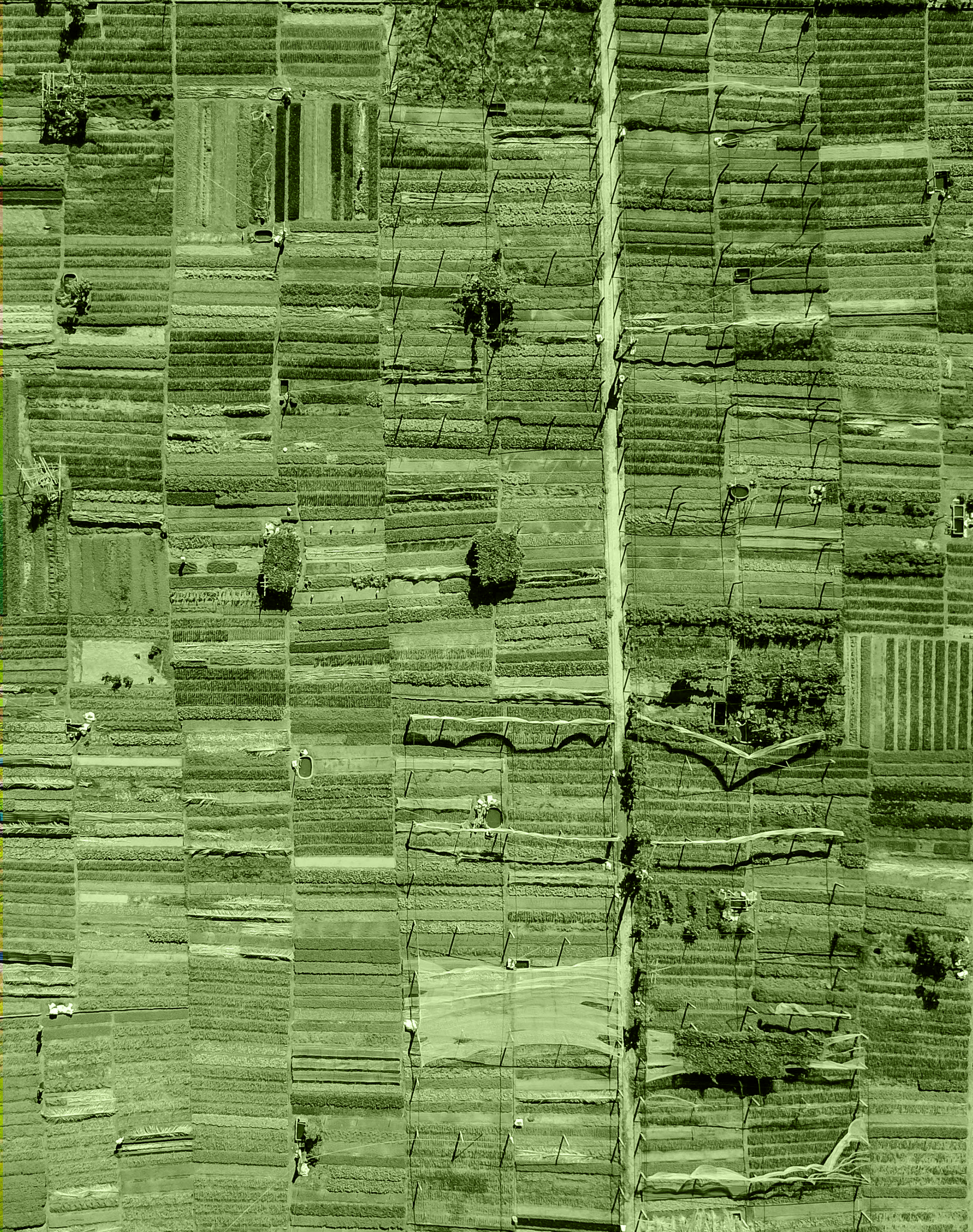
Na Rubrica “Em Rede” a ReAlimentar - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - apresenta o seu trabalho em prol da criação de políticas públicas de alimentação e agricultura numa perspetiva multidisciplinar e intersectorial.

Na secção “Boas Práticas”, a Irmã Solange Lussi apresenta o trabalho da organização Guineense “No Kume Sabi”, que produz uma Multimistura, para reforço nutricional das populações, composta por produtos geralmente não consumidos pela população, tendo por base a valorização da agricultura familiar.

A Revista destaca, por fim, a iniciativa “*Good Food 4 All*”, uma campanha do projeto “Europa do Mundo” que procurará envolver Organizações da Sociedade Civil, cidadãos, cidadãs e decisores políticos num esforço comum que visa aumentar a sustentabilidade agrícola e alimentar, a nível nacional, europeu e mundial.

CARLOTA BICHO

RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD



ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

PRINCIPAIS DESAFIOS NO ÂMBITO DA AGENDA 2030

FRANCISCO SARMENTO

CHEFE DO ESCRITÓRIO DA FAO EM PORTUGAL E JUNTO DA CPLP

A ALIMENTAÇÃO NA AGENDA 2030

Desde 2015, ano da definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da nova agenda de ação até 2030, temos um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas. Sendo a alimentação a principal necessidade humana e também um Direito Humano expresso pelo Direito Humano a Alimentação adequada esta tem, naturalmente, forte expressão na agenda 2030. Será importante salientar, entre outros, os seguintes objetivos:

/Garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano;

/Duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

/Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumen-

tem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

/Manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente;

/Alcançar uma gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;

/Reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita;

/Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

'UMA ANÁLISE A ESTES OBJETIVOS MOSTRA A IMPORTÂNCIA DE SUA INTEGRAÇÃO OPERACIONAL JÁ QUE OS MESMOS PROCURAM DAR RESPOSTA AO DESAFIO MAIOR DE PROMOVER UMA RÁPIDA TRANSIÇÃO DO ATUAL SISTEMA ALIMENTAR MUNDIAL PARA UM MODELO MAIS SUSTENTÁVEL, JUSTO E EQUITATIVO BASEADO EM DIETAS SUSTENTÁVEIS.'

Uma análise a estes objetivos mostra a importância de sua integração operacional já que os mesmos procuram dar resposta ao desafio maior de promover uma rápida transição do atual sistema alimentar mundial para um modelo mais sustentável, justo e equitativo baseado em dietas sustentáveis.

DIETAS SUSTENTÁVEIS EM 2030

De uma forma geral podemos dizer que o sistema alimentar atual é caracterizado por uma superprodução de alimentos processados e densos em energia, mas com baixo teor de nutrientes. Este sistema gera elevados custos ambientais, desperdício alimentar, perda de biodiversidade e dificuldade de acesso a dietas saudáveis. O sistema não promove de facto o Direito Humano a uma Alimentação Adequada.

Esta situação acarreta uma série de riscos para a saúde e afeta, maioritariamente, as populações mais pobres e urbanizadas. O acesso a alimentos frescos e a uma dieta variada e de qualidade depende em grande parte do status socioeconómico.

As dietas dominantes são responsáveis por 49% da carga de doenças cardiovasculares na União Europeia e contribuem decisivamente para entre 70%-80% dos custos dos cuidados de saúde, correspondendo a cerca de 700 mil milhões de euros por ano - um número que deverá aumentar.

Portugal, por exemplo, assiste, atualmente, a uma profunda mudança do seu perfil demográfico e epidemiológico, marcado pelo envelhecimento da população, pelo aumento significati-

vo de doenças crónicas e pelo peso económico dos complexos cuidados de saúde necessários. As doenças que mais afetam os portugueses estão direta ou indiretamente relacionadas com a alimentação inadequada, nomeadamente as doenças cardiovasculares, as doenças oncológicas, a hipertensão arterial, a dislipidemia, a diabetes e a pré-obesidade e obesidade.

Porque Portugal não está de facto sozinho, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou uma Resolução proclamando a Década de Ação sobre Nutrição da ONU de 2016 a 2025.

Esta Resolução apela a uma ação mais enérgica para garantir o acesso universal a dietas que reforcem a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, sejam culturalmente aceitáveis, economicamente justas e acessíveis, nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis e otimizem os recursos naturais e humanos presentes e futuros.

Em termos concretos esta garantia de acesso implicaria, entre outras ações, apoiar técnica e financeiramente a produção diversificada em pequena escala, promover compras públicas de alimentos saudáveis a esses agricultores e ampliar o acesso a saúde e a dietas saudáveis a toda a população, em particular, aos grupos mais vulneráveis nomeadamente crianças e mulheres. Os desafios são grandes mas as consequências de não os enfrentarmos são maiores.

'DE UMA FORMA GERAL PODEMOS DIZER QUE O SISTEMA ALIMENTAR ATUAL É CARACTERIZADO POR UMA SUPERPRODUÇÃO DE ALIMENTOS PROCESSADOS E DENSOS EM ENERGIA, MAS COM BAIXO TEOR DE NUTRIENTES. ESTE SISTEMA GERA ELEVADOS CUSTOS AMBIENTAIS, DESPERDÍCIO ALIMENTAR, PERDA DE BIODIVERSIDADE E DIFICULDADE DE ACESSO A DIETAS SAUDÁVEIS. O SISTEMA NÃO PROMOVE DE FACTO O DIREITO HUMANO A UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.'



ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: REALIDADE OU UTOPIA?

PEDRO KRUPENSKI

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA OIKOS –
COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O relatório “The State of Food Security and Nutrition in the World - 2018” recentemente publicado pela FAO, apresenta factos verdadeiramente alarmantes: dados evidenciam um aumento da fome no mundo. De acordo com os dados disponíveis, o número de pessoas que sofrem de fome no mundo tem aumentado nos últimos 3 anos regredindo para níveis de há 10 anos. O número absoluto de pessoas afetadas pela subnutrição ou pela privação crónica de alimentos estima-se ter crescido de 804 milhões em 2016 para cerca de 821 milhões em 2017. Paralelamente a tendência, visível até recentemente, de redução do número de pessoas subnutridas no continente asiático está a abrandar significativamente. Tudo isto a acontecer quando os governos do mundo se comprometeram a reger-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, no que diz respeito à luta contra a fome, deu passos significativos em frente ao definir objetivos específicos muito claros, metas tangíveis, novos indicadores para avaliar o seu cumprimento e ocasionou outros compromissos internacionais, regionais, nacionais e locais relacionados com estes temas vitais. Este retrocesso deve-se essencialmente ao número de conflitos que ocorreram nos últimos anos e a consequente movimentação forçada de pessoas. Deve-se também (e nisso o já referido relatório da FAO é muito claro) às alterações climáticas. As variações de clima e a oscilação entre situações climáticas extremas têm sido a principal causa da indisponibilidade de alimentos, da instabilidade no seu fornecimento e na inacessibilidade aos alimentos.

Durante décadas, em diferentes frentes, espalhou-se o mito segundo o qual a causa da fome no mundo é escassez de alimentos. Apesar de, por força das alterações climáticas e do crescimento exponencial da população mundial, uma das causas estar a começar a ser (e não era!) a escassez de alimentos disponíveis, facto é que uma das principais causas da insegurança alimentar continua a ser a falta de acesso e esta tem como uma das principais causas, a volatilidade dos preços das commodities provocada pela especulação financeira. Em tempos, identificou-se como um problema para os agricultores e, por arrasto, para todos quantos consomem produtos da terra, a falta de previsibilidade. Com efeito, os agricultores tinham alguma dificuldade em decidir o que produzir e em que quantidades por não disporem de mecanismos que lhe permitissem antecipadamente conhecer as necessidades do mercado e, melhor, o preço a que poderiam vender os seus produtos, chegada a hora. Foi então criado, com estrita intenção de proteger os agricultores, o “mercado de futuros” no setor, uma ferramenta

'DURANTE DÉCADAS, EM DIFERENTES FRENTES, ESPALHOU-SE O MITO SEGUNDO O QUAL A CAUSA DA FOME NO MUNDO É ESCASSEZ DE ALIMENTOS. APESAR DE, POR FORÇA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA POPULAÇÃO MUNDIAL, UMA DAS CAUSAS ESTAR A COMEÇAR A SER (E NÃO ERA!) A ESCASSEZ DE ALIMENTOS DISPONÍVEIS, FACTO É QUE UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR CONTINUA A SER A FALTA DE ACESSO E ESTA TEM COMO UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS, A VOLATILIDADE DOS PREÇOS DAS *COMMODITIES* PROVOCADA PELA ESPECULAÇÃO FINANCEIRA.'



de mercado que permitia ao agricultor saber antecipadamente que, chegada a altura venderia o seu produto por um determinado preço. Assim, sabendo os custos de produção, estudando os riscos inerentes à atividade lançava-se (ou não) na aventura da produção caso aquela equação jogasse a seu favor. Contudo, o mercado financeiro encontrou as potencialidades deste mercado de futuros e lançou-se na especulação, provocando uma enorme volatilidade dos preços. Quando chegava a hora da venda, por força da especulação, os preços estavam invariavelmente diferentes do que aqueles que era suposto e normalmente para mais altos. Um preço mais alto não é negativo para o agricultor pois vende o seu produto por mais. Contudo, os produtos chegavam aos mercados a preço inoportáveis, inacessíveis a uma significativa fatia da população mundial.

A União Europeia (UE) perdeu, em 2014, uma grande oportunidade de repor a ordem a este mercado, atendendo aos seus fins primordiais. Em 2014, ano em que culminou o longo processo de revisão da MiFID (*Markets in Financial Instruments Directive*), a diretiva europeia que regula o mercado financeiro da EU,

constatou-se que, não obstante os esforços, designadamente da Sociedade Civil, em que fossem estabelecidos limites máximos obrigatórios à especulação financeira das *commodities*, tais limites ficaram num plano muito pouco ambicioso, continuando a permitir a volatilidade dos preços e a consequente inacessibilidade de muitos a alimentos básicos.

Em suma, se não apostarmos fortemente na mitigação e prevenção dos efeitos das alterações climáticas, se não contribuímos firmemente para a redução dos conflitos no planeta, se não adotarmos urgentemente meios de produção e formas de consumo sustentáveis e se não tirarmos com uma mão o que se dá com a outra (como faz o mercado de futuros), a alarmante tendência de crescimento de pessoas no mundo que sofrem de fome e subnutrição seguirá ao seu triste rumo.

CONSTRUINDO UM MUNDO QUE SEJA EXPRESSÃO DE JUSTIÇA SOCIAL, DE DEMOCRACIA E DE SUSTENTABILIDADE

SANDRA FERNANDES

MEMBRO DA EQUIPA DE CIDADANIA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO
DA FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

A Fundação Gonçalo da Silveira tem dado nos últimos anos alguns passos na reflexão e prática em torno do conceito de “Ecologia Integral”. Uma Ecologia Integral que, na nossa perspetiva, constitui uma forma diferente de olhar o Mundo, ampliando o conceito de Ecologia e alargando a sua intervenção ao ser humano e à sociedade. Recentra o nosso olhar nas relações que criamos, mantemos ou cortamos e exige uma transformação da forma como nos relacionamos connosco próprios/as, com os outros seres humanos e com a restante natureza. Uma transformação no centro da qual deve estar uma ética do cuidado que nutra as relações que estabelecemos dentro dos nossos ecossistemas (familiar, comunitário, global) e que faça germinar sementes de transformação social (Adaptado de *Caderno de Viagem*, 2018¹).

Tem sido a partir desta linha orientadora que temos procurado trabalhar e que temos vindo a pensar as questões da alimentação e da agricultura sustentável. Em Moçambique, com o projeto “Semear e Cuidar: Um Impulso ao Desenvolvimento com as Comunidades de Nhangau” e em Portugal com os projetos “Uma Ca(u)sa Comum: Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral” e “Alternativas: Experiências locais para uma Transformação Global”. A partir de práticas muito distintas, fomos aprofundando a nossa reflexão sobre a alimen-

tação: o que comemos; o quê, como e onde produzimos; que causas e consequências das opções que enquanto sociedade vamos fazendo. No caso de Moçambique, têm sido sobretudo significativas as reflexões recentes sobre agricultura orgânica. Numa sociedade global que procura intensificar a produção desenfreada, não interessa a que custo, foi desafiante poder parar para pensar nas alternativas possíveis quando falamos da alimentação de uma comunidade local rural. O interesse manifestado pelas comunidades em práticas de agricultura orgânica sublinha a ideia de que, mais do que uma forma de cultivar e comer, trata-se de uma forma de viver, que se liga com o que é também a nossa visão de Ecologia Integral!

'NUMA SOCIEDADE GLOBAL QUE PROCURA INTENSIFICAR A PRODUÇÃO DESENFREADA, NÃO INTERESSA A QUE CUSTO, FOI DESAFIANTE PODER PARAR PARA PENSAR NAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS QUANDO FALAMOS DA ALIMENTAÇÃO DE UMA COMUNIDADE LOCAL RURAL.'

Num contexto distinto e em conjunto com um grupo de professores/as, também no projeto Ca(u)sa Comum se debateu esta temática. Refletimo-la, visitámo-la, saboreámo-la em conjunto e procurámos traduzir este processo de aprendizagem num recurso pedagógico². A reflexão sobre o tipo de agricultura que privilegiamos e os produtos que preferimos enquanto consumidores/as, bem como as suas causas e consequências, foi central. Por seu lado, no projeto Alternativas percorremos este caminho a partir de diferentes experiências locais. Do ponto de vista de uma Ecologia Integral, na qual o cuidado e a relação são o foco, centrámo-nos na importância das lógicas de funcionamento que muitas iniciativas locais imprimem: a promoção de relações de proximidade entre produtor/a consumidor/a; o fortalecimento de relações pessoais; a promoção do trabalho colaborativo.

A reflexão a partir destas práticas tão distintas tem-nos permitido consolidar o nosso caminho enquanto instituição aprendente. E uma coisa temos por certa: é urgente refletir estruturalmente sobre a forma como vivemos e nos relacionamos

enquanto sociedade, e a alimentação está no centro. Movemo-nos pela esperança, mas caminhamos conscientes da necessidade de trabalhar em e por processos de transformação social que questionem sistemas, paradigmas e relações de poder dominantes e a partir dos quais sejam possíveis formas alternativas de pensar e agir. Este processo de transformação faz-se em diálogo, através da reflexão conjunta sobre os problemas ou os desafios sociais, e questionando as práticas, as causas e as consequências das opções que tomamos. Só assim, podemos caminhar para a construção de um mundo que seja expressão de Justiça Social, de Democracia e de Sustentabilidade, tendo como princípio o Bem Comum (Adaptado de Carta Aberta para a Transformação Social³).

'E UMA COISA TEMOS POR CERTA: É URGENTE REFLETIR ESTRUTURALMENTE SOBRE A FORMA COMO VIVEMOS E NOS RELACIONAMOS ENQUANTO SOCIEDADE, E A ALIMENTAÇÃO ESTÁ NO CENTRO.'

¹ EQUIPA DA FGS ET AL, CADERNO DE VIAGEM: ITINERÁRIOS PEDAGÓGICOS PARA EDUCAR PARA A ECOLOGIA INTEGRAL PELA CIDADANIA GLOBAL – PROPOSTAS PARA EDUCADORES E EDUCADORAS, LISBOA, JULHO DE 2018.

² RECURSO DISPONÍVEL EM [HTTP://FGS.ORG.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/07/CAUSACOMUM.PDF](http://FGS.ORG.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/07/CAUSACOMUM.PDF).

³ CARTA ABERTA DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.PROJETOALTERNATIVAS.ORG/](https://WWW.PROJETOALTERNATIVAS.ORG/).



PROJETO CAUSA COMUM. FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA.

DESENVOLVIMENTO RURAL: UM DESAFIO PARA TODOS

VIDA – VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

O desenvolvimento rural é, nos dias que correm, uma das áreas do Desenvolvimento mais desafiantes. É a base da alimentação e da sobrevivência de milhões de pessoas e está completamente dependente de fatores ambientais e climáticos, que - como todos sabemos -apresentam uma grande variabilidade com impacto imediato e concreto na vida das famílias, comunidades e países.

Ao longo dos últimos 18 anos, a VIDA tem desenvolvido projetos na área do desenvolvimento rural integrado, tentando responder a problemas e constrangimentos identificados pelas comunidades mais pobres e vulneráveis, dependentes do ecossistema para viver. Não existem respostas únicas e



“KÓPOTI PA CUDJI NÔ FUTURO” – PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR IMPLEMENTADO PELA VIDA. GUINÉ-BISSAU.

'NÃO EXISTEM RESPOSTAS ÚNICAS E ISOLADAS NEM TÃO POUCO REPLICÁVEIS EM FORMA DE CARIMBO. EXISTEM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO CONSTRUÍDOS DE FORMA LENTA COM AS FAMÍLIAS, TESTANDO SOLUÇÕES INTEGRADAS QUE ENVOLVEM VÁRIOS ATORES.'

isoladas nem tão pouco replicáveis em forma de carimbo. Existem processos de desenvolvimento construídos de forma lenta com as famílias, testando soluções integradas que envolvem vários atores. Como é que sabemos que as nossas ações de desenvolvimento rural mudam a vida das pessoas para melhor? Como contribuem para a melhoria da sua saúde e do seu rendimento? E quanto tempo precisamos para que, de facto, alguma mudança ocorra se tantas variáveis não dependem de nós, agentes externos a estas comunidades?

Primeiro, as pessoas são a fonte das soluções: com elas, temos que construir laços de confiança profundos e de entendimento sobre os objetivos do nosso trabalho, o que leva tempo. Temos que criar pontes com os peritos, para que a informação técnica atualizada possa ser utilizada e adaptada a cada contexto. Temos que testar e utilizar ferramentas de investigação para confirmar resultados e, posteriormente, avaliar em conjunto os resultados que melhor servem as famílias, hoje e no futuro – por exemplo, num ensaio agrícola onde se testam diferentes variedades de uma cultivar, não se pode avaliar meramente o desempenho produtivo (kg por hectare) mas torna-se fundamental avaliar com as famílias se uma determinada variedade é preferida em relação às outras (sabor, preparação e confeção, nutrição).

Quando tomamos a decisão de apoiar na melhoria da vida de uma família que depende dos produtos agrícolas que produz, temos que ter em conta o contexto nas suas várias dimensões (económica, social, cultural), o ecossistema e os constrangimentos que enfrenta em todas as suas vertentes (estado sanitário e nutricional, poder de compra, mobilidade, comunicação e acesso a informação) – quando a pobreza e o isolamento se encontram, o custo e o tempo ganham dimen-

sões ferozes: enquanto uma mulher agricultora caminha 5 a 8 horas para chegar até ao mercado mais próximo para a aquisição de sementes, perde o equivalente necessário para outras atividades imprescindíveis para a família. Assim, a produção de mais alimento será apenas uma das preocupações, sendo que a conservação dos produtos agrícolas no pós-colheita (cerca de 30% da produção de alimentos perde-se nesta fase), a importância da nutrição na família e a eventual venda de excedentes, terá que fazer parte da resposta integrada e que perdure no tempo.

Simultaneamente, é fundamental ter em conta o fortalecimento do sistema comunidade através de ações cooperativas. Quando as famílias se encontram isoladas, sem acesso a bens e serviços quer por parte do Estado quer por parte de privados, é essencial o estabelecimento de pontes geradoras de redes que tragam à luz do dia os problemas das pessoas e dos lugares que não constam nos mapas institucionais. O movimento associativo, mesmo que informal, e o pensamento em comunidade como resposta a problemas comuns facilita a chegada da informação aos órgãos de decisão e investidores. Atualmente, onde a informação em tempo real permite a ligação entre atores de todo o mundo, estar isolado é não existir. A pertença a uma rede permite o acesso a informação fundamental para criar maior resiliência, sobretudo nas famílias e comunidades mais isoladas e vulneráveis. Na agricultura, e perante os efeitos das alterações climáticas, o acesso a esta informação é decisiva para tomadas de decisão que implicam repercussões significativas nas famílias: na segurança alimentar, na gestão e conservação dos recursos naturais e nos movimentos migratórios.

Ao longo de duas décadas de permanência e de trabalho com as comunidades, fomos percebendo que, para conseguir respostas a problemas estruturais, o espaço da nossa intervenção precisa de ir além das fronteiras do nível comunidade – as autoridades e instituições locais e regionais precisam de ser incluídas neste processo e são imprescindíveis para encontrar soluções sustentáveis.

Se existe uma chave que ajuda a quebrar o ciclo de pobreza extrema, essa, com certeza, baseia-se no pensar e no trabalho em conjunto, na análise e avaliação das respostas encontradas e no seguir de um caminho de fortalecimento das redes que apoiam a mudança e o desenvolvimento das populações.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO

PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA¹
INVESTIGADORA E CONSULTORA

Assegurar a alimentação de uma população mundial em crescimento sem danificar o planeta e garantindo os Direitos Humanos é um dos maiores desafios globais, particularmente porque a insegurança alimentar não está ligada apenas à quantidade de alimentos, mas principalmente à desigualdade de acesso e aos desequilíbrios de poder no sistema alimentar mundial. Neste contexto, a proporção e intensidade das crises alimentares ligadas a causas humanas é cada vez maior, incluindo os conflitos violentos, as dinâmicas dos mercados mundiais ou os próprios fatores climáticos e ambientais, que resultam em grande parte da ação humana.

'A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VAI MUITO PARA ALÉM DO FENÓMENO DA FOME, SENDO SIMULTANEAMENTE CAUSA E EFEITO DA POBREZA.'

A construção de um mundo mais pacífico e de um desenvolvimento inclusivo não será possível sem resolver o problema da fome, que é fator de doença e de insucesso das políticas educativas, fomenta tensões sociais e conflitos, afeta a produtividade e o crescimento e, em suma, impede o desenvolvimento e a erradicação da pobreza. No entanto, a insegurança alimentar e nutricional vai muito para além do fenómeno da fome, sendo simultaneamente causa e efeito da pobreza.

Por um lado, muitos fatores ligados à segurança alimentar afetam as perspetivas de desenvolvimento dos países, como os modelos insustentáveis de produção, distribuição e consumo de

alimentos, ou as dificuldades de acesso aos mercados, à terra e a outros recursos produtivos. Por outro lado, os modelos de desenvolvimento prosseguidos também influenciam a segurança alimentar, num ciclo de fatores que se influenciam mutuamente e perpetuam situações de pobreza e desnutrição. Na prática, olhando para os números, vemos que a percentagem do rendimento diário que é necessária para ter acesso a uma refeição é muito maior nos países mais pobres do que nos países mais desenvolvidos, e isto significa que os sistemas alimentares não correspondem às necessidades de vastos setores da sociedade.

As desigualdades entram igualmente nesta equação, pois as pessoas ou grupos sociais discriminados e em desvantagem - como é o caso evidente das mulheres, ou das minorias étnicas e dos povos indígenas - são mais afetados pela insegurança alimentar e nutricional. Na prática, são afetados pelas políticas económicas, agrícolas e de alimentação, mas têm pouca voz num debate que é dominado pelos governos e pelas grandes empresas transnacionais.

Mais de 70% das pessoas em situação de pobreza extrema no mundo estão nas zonas rurais mas, simultaneamente, são os pequenos agricultores e produtores que fornecem a maioria dos alimentos do mundo. Isto alerta para a necessidade de maior investimento num desenvolvimento rural integrado, que tenha em conta as ligações entre fatores como a alimentação, a saúde, a criação de emprego, a produção sustentável, a propriedade da terra e a proteção social. Além disso, com o êxodo rural e a urbanização acelerada, as ligações entre o mundo rural e urbano são cada vez mais importantes para a segurança alimentar e nutricional, devendo ser estruturadas e melhoradas.

O Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada é um imperativo para um mundo mais justo e menos desigual. Consagrado em vários instrumentos de direito internacional, este direito não se tem traduzido, porém, numa prioridade efetiva, quer para os doadores internacionais de ajuda ao desenvolvimento, quer para os governos nacionais, incluindo dos países mais pobres. E isto apesar de estar provado o potencial do setor agrícola como motor da redução da pobreza, de geração de emprego e de promoção do desenvolvimento para as populações mais pobres e vulneráveis.

¹ O ARTIGO FOI REDIGIDO COM BASE NO ESTUDO "SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL & DESENVOLVIMENTO", DISPONÍVEL EM WWW.COERENCIA.PT. ESTE ESTUDO FOI PRODUZIDO NO ÂMBITO DO PROJETO "COERÊNCIA.PT: O EIXO DO DESENVOLVIMENTO MAIS JUSTO, MAIS DIGNO, MAIS SUSTENTÁVEL", PROMOVIDO PELO IMVF, FEC E CIDSE.

À CONVERSA COM...

SIMÃO TILA



SIMÃO TILA

SIMÃO TILA É COORDENADOR EXECUTIVO DA LIGA DE ONG EM MOÇAMBIQUE (JOINT), ORGANIZAÇÃO MEMBRO DA ASCUT, ALIANÇA DA SOCIEDADE CIVIL CONTRA A USURPAÇÃO DE TERRA.

ENTREVISTA REALIZADA POR
CARLOTA BICHO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A JOINT, TAMBÉM JUNTAMENTE COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES, TEM TRABALHADO A QUESTÃO DA USURPAÇÃO DE TERRAS EM MOÇAMBIQUE. COMO DESCREVERIA A SITUAÇÃO DO REGIME DE POSSE DE TERRAS E OS PROBLEMAS ASSOCIADOS?

A situação da terra em Moçambique está a conhecer momentos de turbulência e de desafios muito grandes motivados pelo alto nível de procura de terras para novos investimentos, com maior incidência nas zonas norte e sul do país. Este problema começou principalmente nos últimos 10 anos com aparecimento de grandes investimentos principalmente na área de exploração de recursos minerais.

A lei de Terras em Moçambique determina que a terra não pode ser vendida. Esta disposição é reforçada, quer na Constituição de 1990 (art.º 46) como na actual Constituição de 2004 (art.º 109), que simultaneamente determinam que “a terra é propriedade do Estado. A terra não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. Sendo reconhecido o direito de uso e aproveitamento da terra (denominado DUAT), porém no processo de implementação há falhas grave principalmente quando no processo estão envolvidos estes grandes investimentos. Falham os métodos de aplicação da lei e as populações ficam prejudicadas. Há fenómenos de corrupção, as populações perdem as terras sem adequada compensação e muitas das vezes estas populações são levadas para terras menos férteis que colocam problemas à produção familiar.

Durante várias décadas o governo tem sublinhado que a agricultura é a base do desenvolvimento e que o sector familiar traz uma grande contribuição na produção para o sustento das famílias. Contudo, as famílias têm estado a perder as suas áreas de produção sem que o governo as defenda, pois nem sequer se garante que os processos de indemnização são em consenso com as comunidades, céleres, e justos de acordo com a capacidade produtiva das regiões para onde há reassentamentos.

QUAL O IMPACTO DA SITUAÇÃO QUE DESCREVE NA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS COMUNIDADES E NAS DESIGUALDADES?

A situação da segurança alimentar está muito ligada a estes problemas de usurpação de terra porque ela está a acontecer maioritariamente em zonas em que o sustento das pessoas depende essencialmente da agricultura. Além de que nos últimos tempos estão a verificar se fenómenos de estiagem devido às alterações climáticas, e as pessoas são reassentadas em terras onde não se pode produzir. Estas populações não têm emprego, dependem da agricultura para sobreviver, para poderem produzir a sua alimentação.

Além disso, quando as famílias são retiradas de um sítio para o outro, não perdem só as terras para o seu sustento, perdem também as suas raízes. Por exemplo, é muito comum nas zonas rurais haver cemitérios familiares. Nestes processos de retirada da

'A SITUAÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR
ESTÁ MUITO LIGADA
A ESTES PROBLEMAS
DE USURPAÇÃO DE
TERRA PORQUE ELA
ESTÁ A ACONTECER
MAIORITARIAMENTE
EM ZONAS EM QUE
O SUSTENTO DAS
PESSOAS DEPENDE
ESSENCIALMENTE DA
AGRICULTURA.'

'A SITUAÇÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE ESTÁ A CONHECER MOMENTOS DE TURBULÊNCIA E DE DESAFIOS MUITO GRANDES MOTIVADOS PELO ALTO NÍVEL DE PROCURA DE TERRAS PARA NOVOS INVESTIMENTOS, COM MAIOR INCIDÊNCIA NAS ZONAS NORTE E SUL DO PAÍS.'

terra muitas vezes esta questão nem é sempre considerada. Temo-nos debatido muito com esta questão.

A análise da questão de género também é importante: nas sociedades muito patriarcais, tudo depende do homem. Por exemplo, raramente se encontra um DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra), no nome de uma mulher. As mulheres estão mais vulneráveis, há até casos de usurpação de terras dentro das famílias principalmente quando ocorre a morte do cônjuge. É por isso preciso ter esta questão em conta.

COMO DESCREVERIA A ATUAÇÃO DO ESTADO PERANTE ESTA SITUAÇÃO?

O papel do estado está aquém do desejado porque é este mesmo estado que através dos técnicos por vezes lidera os processos que terminam em casos de usurpação de terra, congelando o seu papel de árbitro protetor das famílias afetadas. Alguns funcionários ou mandatários do governo contribuem para uma má interpretação da lei, e em

alguns casos têm ganhos com isso. Além disso, o governo alega que estes processos são do interesse do próprio Estado, que a concessão de terras a privados para exploração mineira e agrícola é um programa que contribui para o desenvolvimento do país e para promoção do desenvolvimento na zona específica em que acontecem estes processos. Mas isso não é verdade. Até para empregar a mão de obra local como forma de beneficiar a população tem sido um grande problema. Há imensas explorações em que a maior parte da mão de obra é estrangeira ou vem de outras províncias.

Muito há que o governo poderia fazer e monitorar para reduzir o impacto sobre os mais vulneráveis. Uma das estratégias podia estar ligada a processos de indemnizações mais justos.

'HÁ FENÓMENOS DE CORRUPÇÃO, AS POPULAÇÕES PERDEM AS TERRAS SEM ADEQUADA COMPENSAÇÃO E MUITAS DAS VEZES ESTAS POPULAÇÕES SÃO LEVADAS PARA TERRAS MENOS FÉRTIS QUE COLOCAM PROBLEMAS À PRODUÇÃO FAMILIAR.'

E QUAL TEM SIDO O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NESTE CONTEXTO?

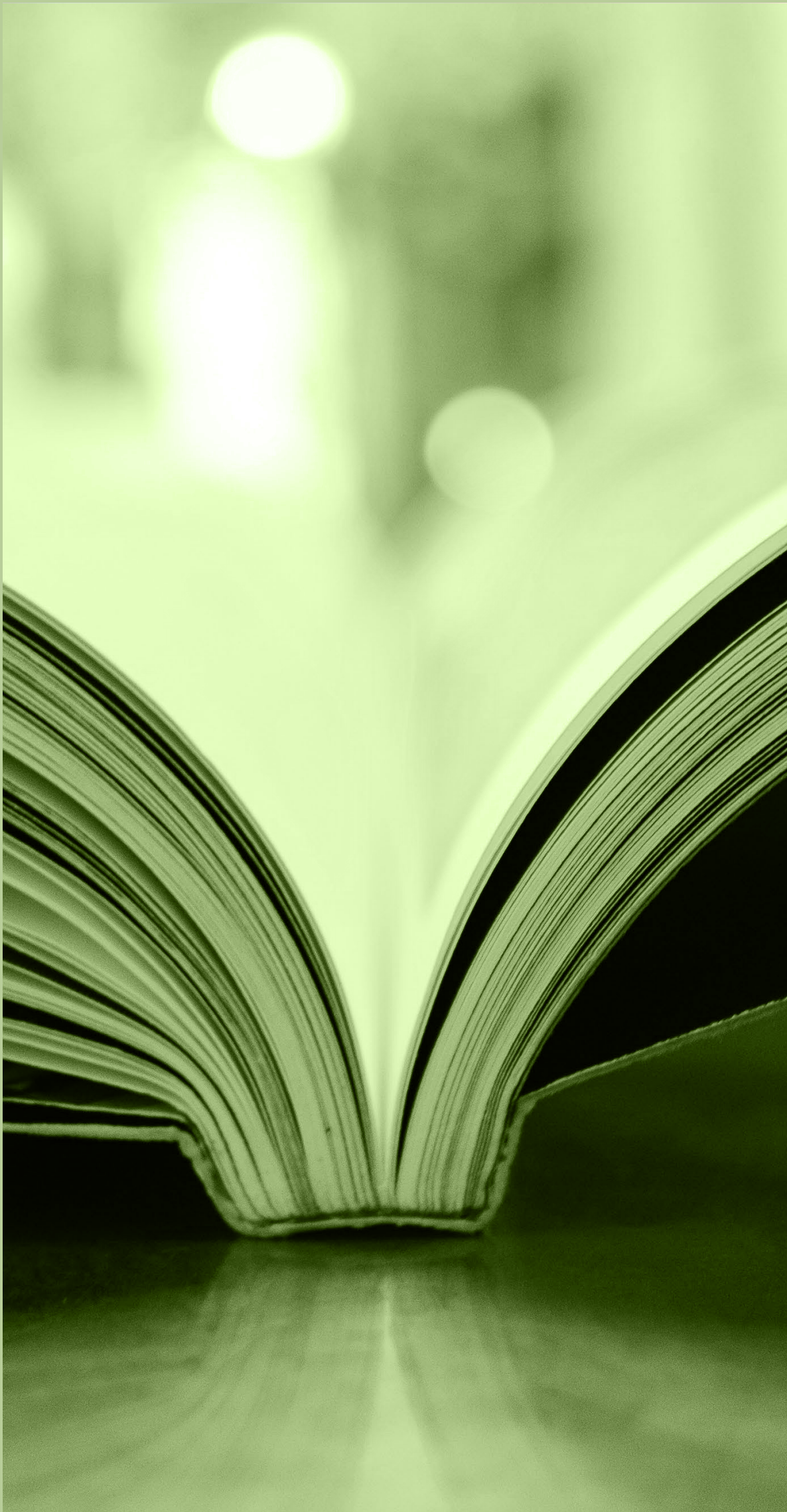
Temos algumas organizações da sociedade civil que têm trabalhado para ajudar as pessoas a adquirir DUAT para que não seja tão fácil retirá-las das terras. No meio rural

muitas pessoas não têm DUAT, e a maior parte dos casos de usurpação de terra acontece nestas zonas.

As Organizações da Sociedade Civil também têm dado alguma formação para que as pessoas saibam defender-se nos casos de usurpação de terra. Há também Organizações da Sociedade Civil a trabalhar as questões de desigualdade de género que se verificam nas zonas rurais por razões culturais, de modo a tentar criar algum equilíbrio neste aspeto.

Em 2014, a JOINT e outras plataformas uniram-se para criar uma plataforma – ASCUT, Aliança de organizações da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terra - para maximizar sinergias entre as Organizações da Sociedade Civil nas suas ações de advocacia contra a usurpação de terras, de modo a que mulheres e homens usufruam dos direitos de posse, segurança e controlo de terra. Nesta Plataforma fazemos análises, mapeamos a situação, fazemos capacitação, intervimos em casos de usurpação de terra com ajuda legal, coordenamo-nos, posicionamo-nos e fazemos advocacia.

A sociedade civil tem a responsabilidade de trazer propostas e meios de influência para que o governo se engaje cada vez mais no cumprimento da lei, na proteção do cidadão, e no cuidado com o bem comum através de uma boa governação. Para isso também é necessário fomentar o engajamento dos cidadãos, cidadãos formados e informados que exigem os seus direitos, expressando-se de forma individual ou coletiva, através das organizações da Sociedade Civil.



RECURSOS FUNDAMENTAIS

FAO (2018), *“The State of Food and Agriculture”*

Ferreira, Patrícia Magalhães (2018), *“Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento”*

Hawkes, Corinna (2017) *“Policy coherence across the food system for nutrition: from challenge to opportunity?” in GREAT Insights volume 6, issue 4*

Heinrich Böll Foundation, Rosa Luxemburg Foundation, Friends of the Earth Europe (2017), *“Agrifood Atlas”*

Oxfam International (2018), *“Ripe For Change: Ending Human Suffering in Supermarket Supply Chains”*

Divergente (2018), *Terra de Todos, Terra de Alguns*

‘SITES’ DE REFERÊNCIA

Committee on World Food Security (CFS) / Food and Agriculture Organization (FAO) of the United Nations / GRAIN / IFOAM Organics International / RainForest Alliance / Realimentar - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional / The Global Network for the Right to Food and Nutrition

O CAMINHO PARA A REALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA), VISTO DESDE A PERSPETIVA DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA

REALIMENTAR

O Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) é um fundamental para o exercício da cidadania e democracia. Face ao atual número crescente de doenças crónicas resultantes da alimentação inadequada, aos efeitos das alterações climáticas sobre a resiliência alimentar e face ao aumento de pessoas com fome no mundo (cerca de 821 milhões em 2018), a concretização deste direito torna-se, mais que nunca, premente.

Apesar de Portugal ter assinado os principais acordos internacionais sobre o DHANA, os dados atuais são preocupantes: cerca de 2 Milhões de portugueses sem capacidade em aceder regularmente a uma alimentação adequada; cerca de 6 milhões de portugueses estão obesos ou pré-obesos, incluindo pessoas com doenças crónicas relacionadas com a alimentação inadequada.

O atual quadro institucional e legal em vigor foi construído no contexto da adesão do país à UE, a partir de uma abordagem

orientada para o aumento da produção alimentar e da segurança na utilização dos alimentos. Porém, este quadro revela-se fragmentado e desatualizado para enfrentar os desafios que se colocam hoje.

Os novos desafios multidimensionais que se colocam à garantia da Soberania e à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não são ainda claramente percecionados, assim como as potenciais vias para a superação das suas causas estruturais. Apesar de discussões recentes ao nível da Assembleia da República colocarem o tema da alimentação na agenda política do país, os atores políticos desconhecem ainda as vias para renovar as instituições e promover com maior eficácia políticas públicas assentes numa abordagem de direitos, de intersectorialidade e de participação social.

Perante este quadro conjuntural, a ReAlimentar - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, criada em 2012, visa congregar os esforços de diferentes atores sociais em prol da plena realização do DHANA, sendo um espaço de articulação, de diálogo e debate, para a intervenção nos processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas nacionais, e internacionais, relacionadas com a Soberania e SAN.

O respeito, proteção e realização do DHANA são condições indispensáveis para erradicar a insegurança alimentar e nutricional e a sua concretização está intimamente associada a uma sustentação alimentar das populações baseada em sistemas alimentares sustentáveis e justos, que respeitem a dignidade humana e que atendam aos interesses das gerações futuras. Sem considerar este direito, a concretização dos ODS ficará comprometida.

Face à recente criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Portugal, a ReAlimentar entende ser fundamental:

/Garantir a participação social, o diálogo e a colaboração entre os atores na formação de políticas públicas, em particular, a participação permanente dos atores da sociedade civil influentes nas áreas de Soberania e SAN;

/Garantir que estes trabalhos sejam realizados seguindo um plano de atividades e orçamento próprios, garantindo a sua sustentabilidade;

Reforçar a intersectorialidade das políticas públicas influentes na concretização do DHANA e a sua harmonia com a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e de outros marcos internacionais.

Através da atividade conjunta dos seus membros, a ReAlimentar reitera o seu compromisso e a importância da sua participação na criação de políticas públicas de alimentação e agricultura numa perspetiva multidisciplinar e intersectorial, baseada no DHANA.



NO KUME SABI: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL

IRMÃ SOLANGE LUSSI
COORDENADORA DA ORGANIZAÇÃO NO KUME SABI

*“As crianças são as flores de nossa luta
e a razão principal de nosso combate.”*
Amilcar Cabral

Na pequena cidade de Cacheu, localizada no Noroeste da Guiné-Bissau, um grupo de Irmãs da Congregação Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida realiza um trabalho de sensibilização, produção e transformação de produtos locais. Através da organização “No Kume Sabi”, que em crioulo da Guiné Bissau significa, “*Nós comemos bem*”, e ancoradas na ideia do químico francês Lavoisier “*Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*” e com a colaboração de membros locais, realiza-se a transformação de produtos locais em Multimistura. Esta Multimistura é composta por produtos geralmente não consumidos pela população, como farelo de arroz, sementes, polpa de caju e as mais variadas folhas, e funciona como suplemento alimentar, pois é rica em vitaminas e minerais, colaborando para a prevenção e combate à desnutrição materno-infantil, principal objetivo da organização.

Tanto a produção dentro do espaço do No Kume Sabi como a de seus parceiros, a Associação de Mulheres e Agricultores, respeitam o meio ambiente e prezam pela sustentabilidade. Para tal utiliza-se somente adubo orgânico, técnicas que não causam poluição e que preservam as florestas. É incentivada a plantação de moringa oleífera, hibiscos, milho preto, feijão, amendoim, tubérculos e hortaliças para uma agricultura de subsistência diversificada e investe-se na formação e capacitação dos pequenos agricultores locais e pagamento justo dos produtos e serviços prestados.

Transformamos pequenas quantidades de produtos locais com qualidade, sendo que um dos desafios é encontrar produtos em quantidade suficiente para a nossa produção, e este desafio está ligado à necessidade de incentivar mais famílias a produzirem e a valorizarem os produtos locais.

A valorização da agricultura familiar gera trabalho, alimentação mais abundante e diversificada, e ainda é geradora de rendimento, possibilitando melhoria na qualidade de vida e permanência no campo. Em 2016 foram criados dois pequenos centros de transformação de produtos locais em aldeias do interior.

A partir de um inquérito realizado com as pessoas que são atendidas na organização No Kume Sabi, ou seja as mães, pais ou responsáveis das crianças e mulheres grávidas, em parceria com o Núcleo de Nutrição de Bissau e demais parceiros, percebeu-se que a mudança de hábitos de consumo e aceitação de novas práticas alimentares é um processo lento que pode durar gerações, mas que, aos poucos, a mudança é possível. Em especial destacam-se alguns avanços: a maior adesão à amamentação exclusiva de 0 a 6 meses de idade, o aumento no consumo de moringa oleífera e a redução no consumo de temperos prontos ricos em sódio, e outros alimentos prejudiciais à saúde.

'ESTA MULTIMISTURA É COMPOSTA POR PRODUTOS GERALMENTE NÃO CONSUMIDOS PELA POPULAÇÃO, COMO FARELO DE ARROZ, SEMENTES, POLPA DE CAJU E AS MAIS VARIADAS FOLHAS, E FUNCIONA COMO SUPLEMENTO ALIMENTAR, POIS É RICA EM VITAMINAS E MINERAIS, COLABORANDO PARA A PREVENÇÃO E COMBATE À DESNUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL, PRINCIPAL OBJETIVO DA ORGANIZAÇÃO.'

Estudos mostram que as pessoas confiam cada vez mais em pequenas empresas por causa da qualidade do produto, e tole-ram pagar um pouco a mais por alimentos produzidos a partir de práticas sustentáveis e de cuidados ambientais.

Estamos perante mais uma revolução da consciência deriva-da da insatisfação do consumidor consciente e inconformado com alimentos tóxicos e impróprios para o consumo humano, responsáveis por provocar diversas doenças agudas e crónicas que poderiam ser prevenidas. Precisamos de ações mobiliza-doras em pequenas e grandes escalas que nos deem o poder de decisão sobre as nossas escolhas de consumo. Precisamos de ter conhecimentos da alimentação, optar por alimentos locais e sazonais com sabores intensos e reais, não desperdiçar co-mida e reaproveitar os alimentos do dia-a-dia. Precisamos de transformar o mundo, o nosso “pequeno mundo”, tornando-o mais sustentável pela alimentação e lutando pela Fome Zero.

Precisamos defender a cultura alimentar, alimento para a alma e para corpo de um povo, que nutre a autonomia e a soberania alimentar.

'A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR GERA TRABALHO, ALIMENTAÇÃO MAIS ABUNDANTE E DIVERSIFICADA, E AINDA É GERADORA DE RENDIMENTO, POSSIBILITANDO MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA E PERMANÊNCIA NO CAMPO.'

*“Que teu alimento seja teu remédio
e teu remédio seja teu alimento.”
Hipócrates*



NO KUME SABI. GUINÉ-BISSAU.

'GOOD FOOD 4 ALL', UMA CAMPANHA DO PROJETO 'EUROPA NO MUNDO'

PEDRO CRUZ

COORDENADOR DO PROJETO 'EUROPA NO MUNDO'

Vivemos num mundo em que a maioria dos alimentos que consumimos é altamente manipulada. São produzidos alimentos em massa utilizando químicos que prejudicam a nossa saúde e afetam de forma muito negativa o ambiente e muitas espécies animais. Os salários praticados no sector agrícola são, na generalidade do mundo, muito baixos e as condições de trabalho da maioria dos agricultores e agricultoras não cumpre muitas das normas internacionais.

Muitos milhões de pessoas continuam a sofrer de problemas de subnutrição e malnutrição e o acesso a uma alimentação de qualidade é uma realidade cada vez mais distante na maioria dos países. No entanto, em alguns países e em comparação com o acontecia há 30 anos, é hoje em média três vezes mais provável que um adulto sofra ou venha a sofrer de obesidade. Mais grave ainda, muitas mães não conseguem dar aos seus filhos recém-nascidos a alimentação que é considerada adequada e indicada para os primeiros anos de vida de qualquer ser humano.

Estes são alguns dos problemas que o projeto “Europa do Mundo” procura dar destaque até novembro de 2019, implementando a campanha “Good Food 4 All” que tem como foco a Agricultura e Alimentação Sustentáveis.

No Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 – Erradicar a Fome, são claramente sublinhadas as complexas interligações entre segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável. As metas do ODS 2 visam, por isso, a concretização de mudan-

ças profundas no sistema alimentar e agrícola mundial, ligando-as ao empoderamento das populações rurais, mulheres e homens, enquanto agentes dessa mudança.

A Agricultura sustentável tem um papel chave na concretização do ODS 2, mas é também uma peça essencial para atingir vários outros Objetivos, como por exemplo o ODS 1 – Erradicar a Pobreza, o ODS 5 – Igualdade de Género, uma vez que as taxas de insegurança alimentar são mais altas para as mulheres e estas são discriminadas no acesso aos recursos produtivos ou, obviamente, o ODS 13 – Ação Climática.

**'NO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL 2 – ERRADICAR A FOME,
SÃO CLARAMENTE SUBLINHADAS AS
COMPLEXAS INTERLIGAÇÕES ENTRE
SEGURANÇA ALIMENTAR, NUTRIÇÃO E
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.'**

A campanha “Good Food 4 All” procura envolver Organizações da Sociedade Civil, cidadãos, cidadãs e decisores políticos num esforço comum que aumente a sustentabilidade agrícola e alimentar, a nível nacional, europeu e mundial. Tornar o Desenvolvimento mais sustentável passa também por repensar a forma como plantamos, partilhamos e consumimos os alimentos. É possível transformar a agricultura, silvicultura e piscicultura de modo a que produzam alimentos seguros e nutritivos e sejam atividades geradoras de rendimentos justos e promotoras de trabalho digno, apoiando simultaneamente as populações rurais e protegendo o ambiente.

O projeto “A Europa no Mundo” é cofinanciado pela Comissão Europeia e concretiza uma parceria entre 25 Organizações da Sociedade Civil de 15 Estados Membro da União Europeia. Portugal está representado nesta iniciativa pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pela CPADA – Confederação Portuguesa das Organizações de Defesa do Ambiente.

Saiba mais sobre a campanha [#GoodFood4All](#)

PUBLICAÇÕES



CONCORD AIDWATCH 2018

por CONCORD EUROPE
em 2018

língua INGLÊS

Desde 2005, a CONCORD publica o Relatório anual AidWatch, para monitorizar a qualidade e quantidade da ajuda ao desenvolvimento da UE. A Edição deste ano - AidWatch 2018 “EU Aid: A Broken Ladder?” - revela que pela primeira vez em cinco anos a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da União Europeia (UE) diminuiu em 2017. O relatório alerta que, à taxa de crescimento atual, a EU precisaria de mais 40 anos para cumprir a meta de 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para a APD.



GUIA DE SOBREVIVÊNCIA EM COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

por MÓNICA SANTOS SILVA
em 2018

língua PORTUGUÊS

O “Guia de Sobrevivência em Coerência das Políticas para o Desenvolvimento”, produzido no âmbito do projeto Coerências. pt, é um instrumento de consulta sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento. Dos conceitos aos principais marcos históricos, do enquadramento normativo à análise setorial, procura-se guiar o leitor, de forma direta, para o que se considera ser o eixo do desenvolvimento mais justo, mais inclusivo, mais digno e mais sustentável – a coerência das políticas.



REGULATING POLITICAL ACTIVITY OF CIVIL SOCIETY

por CIVICUS E IRISH COUNCIL FOR CIVIL FOR CIVIL LIBERTIES
em 2018

língua INGLÊS

Esta publicação, apresenta uma análise comparativa da regulação da "atividade política" das organizações da sociedade civil e do financiamento internacional na Irlanda, Holanda, Alemanha e Finlândia, concentrando-se particularmente em organizações de direitos humanos, que realizam atividades de defesa pública e dependem de fontes internacionais para uma parcela substancial de seu financiamento.

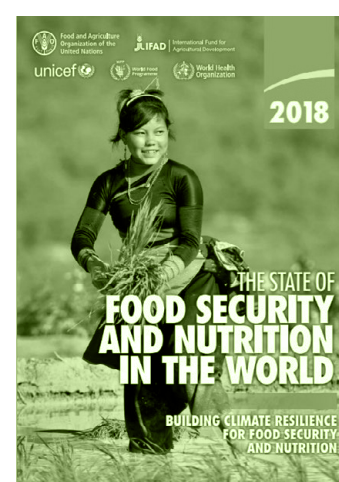


DEVELOPMENT GOING DIGITAL?

por CONCORD EUROPE E FOND ROMANIA
em 2018

língua INGLÊS

O que significa digitalização? Qual o seu impacto no setor de desenvolvimento? Reforçará ou enfraquecerá os objetivos de desenvolvimento? Qual transformações devemos esperar? O novo relatório “Development Going Digital?” da CONCORD Europe e FOND Romania, analisa as principais tendências digitais e os impactos da digitalização na agenda de desenvolvimento, bem como explora os papéis e as oportunidades para as organizações da sociedade civil neste novo ambiente.



THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD 2018

por FAO, IFAD, UNICEF, WFP E WHO
em 2018

língua INGLÊS

O relatório “The State of Food Security and Nutrition in the World 2018” monitora o progresso em direção às metas dos ODS relativas à fome e à desnutrição e fornece uma análise das causas subjacentes às tendências observadas. Este relatório conclui que o número de pessoas que sofrem com a fome no mundo aumentou nos últimos três anos, retornando aos níveis de quase uma década atrás. O relatório confirma ainda que as alterações climáticas são os principais impulsionadores deste aumento, juntamente com conflitos e crises económicas.



FICHAS TEMÁTICAS DA PLATAFORMA

por PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD
em 2018

língua PORTUGUÊS

A Plataforma Portuguesa das ONGD publicou três fichas temáticas: *Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG)*, *Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência (AHE)*. Estas fichas pretendem apresentar e sistematizar os conhecimentos e reflexões da Plataforma e dos seus Grupos de Trabalho nestas três áreas de atuação das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

CÁRITAS PORTUGUESA

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CONCEITOS DO MUNDO ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D’ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

HEALTH4MOZ

ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SAPANA

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

COM O APOIO DE



EM COLABORAÇÃO COM



OS CONTEÚDOS DESTES DOCUMENTOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS E NÃO PODEM, EM CASO ALGUM, SER CONSIDERADOS COMO EXPRESSÃO DAS POSIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA